

RUBEM AZEVEDO LIMA

13 MAR 1997

CORREIO BRAZILIENSE

As cores do neoliberalismo

Economia Brasil

Não podia haver nada mais condizente com a situação atual do Brasil do que a exposição das telas da Monet, inaugurada agora no Rio, com sua admirável pintura impressionista, da qual o pintor exclui, deliberadamente, o preto e o cinzento.

Não é o que as autoridades econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso fazem, a rigor, quando pintam o estado da economia do país e ignoram o buraco negro da crise social e da balança comercial, cujo déficit aumenta mês a mês, resistindo ao tratamento da ciência dos economistas brasileiros?

Trata-se, no entanto, de uma questão grave, que ameaça a perspectiva de sobrevivência do Plano Real e abala o sonho de FHC, de reeleger-se por mais quatro anos de mandato, em 1998.

Além disso, o presidente da República teve duas frustrações sucessivas: o fracasso da tentativa de obter, para o Brasil, assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a exclu-

são do Rio de Janeiro (pleito por ele avalizado) dentre as cidades pré-selecionadas para sediar a Olimpíada do ano 2004, pelo motivo inquestionável da falta de condições sociais decentes, na antiga capital e no próprio país.

Apesar disso, pelo que a imprensa deixa transparecer, estimulado talvez pela visita do presidente Chirac ao Brasil, FHC estaria alimentando, hoje, a esperança de fazer o país ingressar, ainda sob seu governo (caso se reeleja), no seleto Grupo dos Sete, os países mais industrializados do mundo: Estados Unidos, França, Inglaterra, Canadá, Alemanha, Japão e Itália.

Não é que não seria bom que o Brasil fizesse parte do G-7, no qual os presidentes dos países industrializados se reúnem, anualmente, a fim de traçar diretrizes econômicas e políticas — eles garantem que não são ordens, mas apenas orientações — para o resto do mundo, ao qual o país pertence, atualmente.

A presença do Brasil no G-7

significaria desenvolvimento sustentável e redução das disparidades sociais que o caracterizam. O G-7, que se sobrepõe à ONU, baseia-se na defesa do dogma da abertura dos mercados nacionais e no controle monetarista da inflação. Tal dogma, obviamente, não é respeitado por todos os integrantes do grupo, em especial pelos associados ricos e poderosos, como os EUA, Japão e França, que protegem setores estratégicos de suas economias. Talvez por ser ainda um não-membro, o Brasil ache que não pode nem deve desobedecer a essas regras e, por isso, vai vendendo seu patrimônio. Admitido no grupo, o país estaria em condições de exigir, como os demais sócios, que os outros façam o que o G-7 diz e não o que realmente faz. Bastaria, ali, continuar pintando o neoliberalismo, como se pinta, a si mesmo, sem usar, na paleta da geopolítica, o preto e o cinza, tons marcantes na realidade cotidiana dos países que aceitam aquele ideário imposto pelos ricos.